

Geopolítica de África: a influência das grandes potências

José Palmeira

Docente no Departamento de Ciência Política
Investigador no Centro de Investigação em Ciência Política
Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho
palmeira@eeg.uminho.pt

Todos os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas disputam a sua influência em África. Reino Unido e França (antigas potências coloniais), Estados Unidos e Rússia (protagonistas da Guerra Fria) e República Popular da China (ator emergente) marcam presença, das mais diversas formas, naquele “grande espaço” geopolítico. Palco de vários conflitos regionais (como acontece atualmente na Líbia e na República Centro Africana), o continente é também cenário de bons exemplos de cooperação e de recuperação económica (caso da Etiópia) e um dos potenciais beneficiários do processo de globalização.

Poderá parecer inusitado começar por falar de África com referências a países terceiros e não aos africanos. Mas quando se analisa o continente numa perspetiva geopolítica, em que se evidenciam as relações de poder entre os atores intervenientes, as grandes potências emergem como protagonistas de primeiro plano. Antes foi o período colonial, marcado pela divisão arbitrária dos territórios, por parte das potências europeias, durante a conferência de Berlim (1885), a que se seguiu, após a II Guerra Mundial, o nascimento das Nações Unidas e um processo de descolonização que se concluiu com a retirada de Portugal, em 1975. Um desses novos Estados, Angola, é um bom exemplo dos confrontos da Guerra Fria, com os beligerantes, apoiados por cada um dos blocos, a patrocinarem uma guerra civil entre 1975 e 2002. Com a queda do Muro de Berlim desaparece o conflito Este-Oeste e emergem outros conflitos regionais em África, ditados por rivalidades étnicas, escassez de bens de primeira necessidade e migrações descontroladas, envolvendo governos acusados de corrupção e de práticas ilícitas, incluindo genocídio (Ruanda).

Analfabetismo e pobreza foram algumas das heranças do colonialismo que os novos Estados tiveram dificuldade em conter, por responsabilidade própria ou alheia. Salvo raras exceções, as elites africanas acabaram por ser

contaminadas pelos confrontos da Guerra Fria, cedendo muitas das riquezas dos seus territórios a troco do apoio à sua eternização no poder, surgindo em África alguns dos ditadores mais perenes do mundo contemporâneo.

O continente africano é favorecido em recursos naturais, cuja exploração está em muitos casos entregue a multinacionais estrangeiras, o que lhe permite exportar produtos como petróleo, gás, diamantes, urânio, cobre, manganésio, ferro e ouro. Metade dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo são Estados africanos (Angola, Argélia, Gabão, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria e República do Congo). É a sua riqueza em matérias-primas que torna este continente atrativo para as grandes potências que no terreno procuram exercer a sua influência junto dos decisores políticos locais que quando não cedem são confrontados por grupos hostis, por vezes criados e apoiados a partir do exterior. Apesar de tais haveres, África apresenta um produto interno bruto *per capita* dos mais baixos do mundo, sinal de que há um problema na distribuição de dividendos que não chegam às populações locais, criando-se uma grande disparidade entre ricos e pobres.

Falta em muitos países africanos uma classe média que se constitua em motor da sociedade e dinamize a atividade económica, não só em termos nacionais como regionais, através do alargamento dos mercados para lá das suas fronteiras.

Há, no entanto, sinais positivos, através da cooperação que se tem intensificado em alguns blocos regionais, como é o caso da Comunidade Económica de Estados da África Ocidental – uma parte dos seus membros integra a União Económica e Monetária da África Ocidental – e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Sendo a atividade económica o cerne da sua cooperação, as questões relativas à segurança nacional e regional também lhe estão associadas, dada a sua dependência mútua. Os mesmos propósitos têm sido prosseguidos pela Comunidade Económica de Estados da África Central – uma parte dos seus membros faz parte da Comunidade Económica e Monetária da África Central – e pela Comunidade da África Oriental, cujos membros também integram o Mercado Comum da África Oriental e Austral. Menos conseguida tem sido a cooperação no seio da União do Magrebe Árabe, com a problemática do Sahara Ocidental a contaminar as relações entre Marrocos e a Argélia, além do conflito armado na Líbia.

Para fazer face a alguns conflitos regionais, têm sido criadas organizações como a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos e

a Comissão do Golfo da Guiné. Esta última tem entre mãos a fiscalização e o combate aos atos de pirataria que têm afetado aquela região que reúne alguns dos principais produtores de petróleo. O mesmo fenómeno afetou o Golfo de Áden, na parte Oriental de África, ao largo da Somália, ponto de passagem de vários petroleiros com destino ao Canal do Suez. Forças navais e aéreas da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte ajudam a controlar a segurança nestes *choke points*.

O continente, maioritariamente muçulmano a norte e a oriente e católico e animista no centro e sul, tem-se também deparado com ataques de grupos fundamentalistas islâmicos em alguns países, designadamente na Nigéria (Boko Haram) e Somália (Al Shabab) e, mais recentemente, no norte de Moçambique (Cabo Delgado). A África Ocidental, por seu turno, está na rota do tráfico de estupefacientes entre a América do Sul e a Europa, aproveitando-se os traficantes das fragilidades de vários países costeiros.

A União Africana (UA), que reúne 55 Estados, é o “guarda-chuva” de todas as organizações regionais. Criada em 2002, para suceder à Organização de Unidade Africana, lançada em 1963, a UA aposta na transformação do continente numa zona de comércio livre que venha a ser servida por uma moeda única. A organização continua empenhada, através do seu Conselho de Paz e Segurança, em apaziguar os conflitos vigentes no território, contando, para o efeito, com a colaboração das organizações regionais e do Conselho de Segurança das Nações Unidas que tem em África várias missões de manutenção de paz que atualmente operam no Sahara Ocidental (desde 1991, para a realização de um referendo à independência), Darfur (2007), República Democrática do Congo (2010), Sudão do Sul (2011), Abyei (2011), Mali (2013) e República Centro Africana (2014).

Na geopolítica africana destaca-se ainda a ação de organizações que juntam antigos colonizadores e colonizados, designadamente a Commonwealth, a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que é maioritariamente constituída pelos Países Africanos de Língua Portuguesa. Estes “grandes espaços” de cooperação têm uma particular incidência na economia, no caso da Commonwealth, e também na cultura e na língua, casos da OIF e da CPLP, para além da segurança e defesa.

No que concerne à política de cooperação, tem particular relevância aquela que tem sido desenvolvida pela União Europeia (UE) com os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), maioritariamente africanos (48) num

total de 79 Estados. Sucessivos acordos – Yaoundé (1964-1974), Lomé (1975-2000) e Cotonou (2000-2020) – colocaram a UE no topo da ajuda ao desenvolvimento, através do levantamento de barreiras ao comércio e da imposição de contrapartidas em reformas políticas que garantam o respeito pelos direitos humanos e a boa governação (leia-se combate à corrupção). Esta parceria acabou por levar à institucionalização dos ACP como uma organização internacional, em 1975, que, entre outras ações, procura articular uma posição comum entre os seus membros no âmbito da Organização das Nações Unidas e nas negociações que se estabelecem no seio da Organização Mundial do Comércio. Salvaguardadas as devidas diferenças, a relação UE-ACP assemelha-se, nos seus efeitos, à aplicação do Plano Marshall na Europa, após a II Guerra Mundial e que conduziu à criação da Organização Europeia de Cooperação Económica, em 1948, reunindo doadores e beneficiários. Cabo Verde é um dos casos mais bem-sucedidos em África, facto que levou à celebração de uma Parceria Especial entre este país e a UE, em 2007.

Com o fim da vigência de Cotonou, a União Europeia e a União Africana tentam chegar a um entendimento para um novo acordo. A proposta europeia, intitulada “Para uma estratégia abrangente para África”, aposta em novas áreas de cooperação e compreende cinco eixos principais: transição verde e acesso energético, transformação digital, crescimento sustentável e emprego, paz e governação, migração e mobilidade.

Uma das fragilidades que é apontada ao continente é a inexistência de uma potência agregadora que possa funcionar como uma espécie de Estado-diretor capaz de impulsionar a unidade africana. Apesar do seu potencial, a África do Sul – um dos membros dos BRICS, a par do Brasil, Rússia, Índia e China – seja pela sua periferia, seja por falta de vontade política dos seus líderes, não tem protagonizado esse papel, também intentado pelo Egito (igualmente periférico) ou pela Nigéria (país mais populoso de África).

No entanto, África apresenta a população mais jovem de todos os continentes, com uma média de idades de 18 anos – bem inferior à asiática (31), à da Oceânia (33), das américas do Norte (35) e do Sul (31) e, sobretudo, da europa (42) (Desjardins, 2019). Este indicador pode ser presságio de um futuro menos sombrio e mais promissor.

Bibliografia

DESJARDINS, J. (2019). *The median age of continents*. Retirado de <https://www.visualcapitalist.com/mapped-the-median-age-of-every-continent/>